



Para aprovar Previdência, Temer compromete ajuste

Governo apresenta nova proposta e pode abrir mão de receitas em troca de apoio

Para tentar aprovar a reforma da Previdência, o governo Michel Temer (PMDB) admite apresentar proposta com três medidas que comprometem o ajuste fiscal. A negociação seria feita em troca do apoio dos deputados às principais mudanças nas regras de aposentadoria.

Integrantes da equipe econômica afirmam que o governo avalia manter o reajuste dos servidores para 2018, ceder a ruralistas nas dívidas do Funrural (fundo de contribuição de produtores à Previdência) e agradar a governadores desonerando impostos sobre exportações.

Ontem, Temer apresentou versão mais enxuta da proposta. O texto prevê tempo mínimo de contribuição de 15 anos para o regime geral, mas exige ao menos 25 anos para os servidores —o que deve atrair críticas do funcionalismo. São necessários 308 votos a favor na Câmara.

As concessões devem resultar em revisão da meta fiscal, de déficit de R\$ 159 bilhões. O ministro Henrique Meirelles diz que o novo projeto terá impacto equivalente a 60% do original. A economia em dez anos seria R\$ 320 bilhões menor do que a prevista inicialmente. **Mercado A15**

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 23/11/2017

Temer evita falar em data para reforma da Previdência

O presidente Michel Temer evitou se comprometer ontem com uma data para a votação da reforma previdenciária. Em reunião com ministros e governadores, de acordo com relatos de presentes, o peemedebista disse que iniciará uma contagem na base aliada e colocará em votação apenas quando alcançar uma margem segura, acima do mínimo de 308 votos. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), havia estipulado o dia 6 de dezembro para a votação em plenário da proposta em primeiro turno, mas o próprio Palácio do Planalto é cético sobre essa possibilidade.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 23/11/2017

Maia quer mais diálogo com o Governo Federal

Ao participar ontem da abertura do seminário de amizade Brasil-Itália, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu a necessidade de o Governo dialogar mais com parlamentares antes de fixar uma data para colocar em votação a reforma da Previdência na Casa. "A gente não deve precipitar data se não tivermos clareza dos votos. Esse é um trabalho difícil. Sabemos que a Previdência é um tema muito polêmico, um mito. Então, temos de ter muita paciência e cuidado, porque é uma votação muito importante para o Brasil. Não podemos correr nenhum risco. Precisamos esclarecer a sociedade como estamos tentando fazer", disse o presidente da Câmara.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 23/11/2017

Aposentados recebem a 2ª parcela do 13º amanhã

A partir de amanhã, os aposentados e pensionistas da Previdência Social vão receber a segunda parcela da gratificação de Natal. Os beneficiários já podem conferir o valor da segunda parcela do 13º salário deste ano pela internet. Esta segunda parcela sairá juntamente com o benefício de novembro. Os créditos começam a ser feitos a partir de amanhã para quem ganha até um salário mínimo (R\$ 937) e tem inscrição terminada em 1.

Fonte: Jornal A Tribuna – 23/11/2017

Mudança no auxílio-doença permite volta ao trabalho sem aval médico

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) passou a permitir que segurados do auxílio-doença voltem ao trabalho antes do fim do prazo do benefício sem realização de uma perícia médica. Para isso, o trabalhador deverá formalizar o pedido de encerramento do auxílio em uma agência do órgão. A mudança gerou controvérsia. Para o Ministério Público do Trabalho (MPT), a regra é inconstitucional. "Se o profissional tem ou não condições de voltar ao trabalho, quem tem que definir isso é o médico", diz o procurador Leonardo Mendonça, coordenador nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho do MPT. O temor é de que empresas pressionem os empregados para voltarem ao trabalho mesmo sem que estes tenham condições, ou que trabalhadores, por medo de perderem o emprego em razão do afastamento, voltem sem estarem aptos.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 23/11/2017

Releitura da norma tributária favorece a terceirização

Um entendimento da Receita Federal pode tornar a terceirização trabalhista ainda mais vantajosa ao empregador, mas o tema não está pacificado. Segundo especialistas, o Fisco buscou solucionar divergências, mas abriu espaço para novas contestações e discordâncias. Com a nova interpretação, a Receita Federal buscou esclarecer que tipo de despesa com mão de obra seria passível de gerar crédito tributário relativos ao PIS e a Cofins. Hoje, a maioria das empresas paga uma alíquota cheia de PIS e Cofins de 9,25% sobre a receita bruta, mas esse valor pode ter descontos. Esses descontos são calculados sobre despesas da empresa, como a compra de insumos, desde que diretamente ligadas à operação da companhia. E podem ser usados para abater outros tributos. No texto, com o nome técnico de 'solução de divergência', a Receita diz que podem gerar créditos de PIS e Cofins os "dispêndios da pessoa jurídica com a contratação de empresa de trabalho temporário para oferecer mão de obra temporária" aplicada diretamente na produção ou na prestação de serviços.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 23/11/2017



Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 23/11/2017